



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

1ª Av. do Centro Administrativo da Bahia, 150 - Bairro CAB - CEP 41.745-901 - Salvador - BA - <http://www.tre-ba.jus.br/>

PROCESSO : 0138076-18.2020.6.05.8000
INTERESSADO : COORDENADORIA DE OBRAS E MANUTENÇÃO PREDIAL
SEÇÃO DE MANUTENÇÃO DA CAPITAL DATA FIM DE VIGÊNCIA 30/03/2021
ASSUNTO : Análise de regularidade do Pregão

Parecer nº 21 / 2021 - PRE/DG/ASSED

Trata-se de realização de procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, para REGISTRO DE PREÇOS, visando a eventual aquisição de materiais diversos de manutenção predial, conforme especificações e condições estabelecidas no Edital n.º 8/2021, documento n.º 1604268.

Cumpra-se destacar o cumprimento das condições legais inerentes à fase interna do aludido procedimento, conforme consignado na decisão que autorizou a abertura do certame (documento n.º 1410244).

Registra-se, ainda, designação de Pregoeiro e equipe de apoio nomeados por meio da Portaria 45/2020 (documentos n.ºs 1598581 e 1604271).

Publicado o edital o edital em meio eletrônico e no DOU (documentos n.ºs 1604273 e 1604276), e não havendo pedidos de esclarecimento ou impugnações, foi aberta a sessão no dia 28/04/2021.

Após análise preliminar das propostas comerciais apresentadas, deu-se início à fase competitiva, ofertando-se aos participantes a possibilidade de fornecimento de lances sucessivos para, sequencialmente, verificar a conformidade dos produtos ofertados.

Houve negociação para reduzir os preços ofertados, obtendo-se êxito para alguns dos itens.

No tocante ao item 13, a empresa *Executiva Material de Construção*, solicitou a desclassificação da proposta, ao argumento de que teria se equivocado ao cadastrar o valor.

Com efeito, após análise da referida proposta, verifica-se o atendimento das especificações do edital, inclusive quanto ao valor estimado para a contratação. Assim, julgamos acertada a iniciativa do Pregoeiro em abrir processo de apuração de responsabilidade (SEI 0010710-59.2021.6.05.8000), com base na condição 18.1, alínea “a”, do Edital.

No dia 29/04/2021, foi iniciada a fase de Habilitação das licitantes, conforme documentação anexada aos autos (documentos n.ºs 1621680, 1621686, 1621692, 1621698, 1621705, 1621709, 1621715, 1621722 e 1621726), após a qual sagraram-se vencedoras do certame as empresas relacionadas no Relatório Resultado por Fornecedor, documento n.º 1622156.

Em concordância com a análise realizada pelo Pregoeiro, verifica-se que as ocorrências registradas no SICAF relativas à empresa *Sentinela do Vale Comercial Ltda* não são impeditivas de sua participação no certame.

Aberto o prazo para registro de intenção de recurso, não houve manifestação das licitantes.

Salienta-se que as certidões de regularidade com o FGTS vencidas após a realização do certame foram atualizadas por esta signatária e acostadas ao processo (documento n.º 1627160).

Assim, uma vez observada a regularidade do procedimento licitatório, sugere-se a homologação do Pregão, devendo a Administração, em ato contínuo, proceder à convocação das empresas vencedoras para assinatura das Atas de Registro de Preços, nos termos do art. 4º, XXII da Lei n.º 10.520/2002, arts. 45 e 48 do Decreto n.º 10.024/2019 e art. 13 do Decreto n.º 7.892/2013, bem como de acordo com o Relatório Resultado por Fornecedor, Termo de Adjudicação, Ata de Realização do Pregão Eletrônico e Relatório Final do Pregão (documentos n.ºs 1622156, 1622157, 1621599, 1623389 e 1625765).

Importante registrar que, quando das efetivas contratações, caso ocorram, deverá ser encaminhado o processo à SOF, para informação relativa à disponibilidade orçamentária.

Frise-se que as futuras contratadas deverão manter, durante a execução do ajuste, todas as condições de habilitação determinadas na licitação, a teor do disposto no art. 55, XIII, da Lei de Licitações e Contratos.

À consideração superior.

Maria Regina Ribeiro Santana

Analista Judiciário/ASSED

De acordo.

Ao Diretor-Geral, para apreciação.

Ana Flávia Cerqueira Machado

Assessora Especial da Diretoria-Geral Substituta



Documento assinado eletronicamente por **Maria Regina Ribeiro Santana, Analista Judiciário**, em 14/05/2021, às 09:00, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Flávia Cerqueira Machado, Analista Judiciário**, em 17/05/2021, às 15:28, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **1627165** e o código CRC **6F63447D**.